



UIPSS do Distrito de Coimbra conta com 197 Instituições Particulares de Solidariedade Social associadas

“É fundamental discriminar positivamente as instituições”

Gil Tavares, presidente da União das IPSS do Distrito de Coimbra, entende que o papel que estas instituições desempenham na sociedade deve ser mais valorizado

→As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assumem, há várias décadas, um papel fundamental e essencial na sociedade, sendo através delas que o Estado concretiza as políticas públicas de Ação Social. Desenvolvem um vasto leque de respostas, desde a infância aos seniores, passando pela deficiência, minorando situações de carência, desigualdade socioeconómica,

de dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais, promovendo a integração e promoção comunitária das pessoas, assim como o desenvolvimento das suas capacidades.

A União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS) do Distrito de Coimbra é filiada na Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e

tem 197 IPSS associadas. Agrupam-se em Confederações, Federações e Uniões, existindo no país 967 Centros Sociais Paroquiais, 252 Fundações, 199 Institutos de Organização Religiosa, 346 Misericórdias, 105 Casas do Povo, 175 Cooperativas e 873 Fundações de Solidariedade Social. Com cerca de 63 mil trabalhadores são, em média, três mil as entidades empregadores, e «no

comando dos seus destinos estão mais de dez mil directores voluntários».

O impacto das IPSS na vida de um grande número de portugueses, sobretudo dos seniores, é enorme, «estando em risco a sua subsistência» se nada for feito, tanto do ponto de vista financeiro como recursos humanos. Por isso, «é fundamental discriminar positivamente as instituições». O alerta é deixado por Gil Tavares, presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Coimbra. «A Ação Social é desenvolvida por instituições privadas sem fins lucrativos, através da contratualização de acordos de cooperação, que garantem a comparticipação finan-



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA

Rua Rangel de Lima - nº 104
3320-229 Pampilhosa da Serra
T 235 598 040 M 966 493 509
scmps@unidadecuidadoscontinuados
@hotmail.com
www.santacasapampilhosa.com.sapo.pt

UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS Integrados de longa duração e manutenção

VALÊNCIAS

LAR DE IDOSOS
CENTRO DE DIA/
APOIO DOMICILIÁRIO
Porto de Vacas
Pessegueiro
Fajão
Machio
Cabril
Janeiro de Baixo

APOIO DOMICILIÁRIO
PAMPILHOSA DA SERRA
JARDIM DE INFÂNCIA
CRECHE
UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA
E REABILITAÇÃO
Electroterapia | Fototerapia | Termoterapia
Hidroterapia Parcial | Massoterapia
Cinesiterapia | Ventiloterapia | Mecanoterapia
Treinos Terapêuticos | Ensino e treino
de doentes e familiares / acompanhantes



ceira do Estado. Esta comparticipação subsidia uma pequena parte das despesas de funcionamento das IPSS e, por essa via, os utentes», começa por explicar o responsável. Mas, como se pode constatar através do estudo denominado de “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” divulgado pela CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, em Dezembro de 2018, no capítulo das receitas para financiamento da actividade das instituições, é «evidente a diminuição do esforço do Estado no quadro geral de financiamento das instituições, se comparado com os valores iniciais».

Em nome de padrões de qualidade, «que importa manter e até aprofundar, os encargos com o funcionamento corrente das instituições e a introdução de novos factores com influência directa nos custos de actividade não pararam de aumentar, nomeadamente as obrigações de formação do pessoal, medicina no trabalho, higiene e segurança, salubridade dos edifícios,

condições energéticas, vistorias de viaturas de transporte de crianças, elevadores, sistemas de segurança e detecção de incêndios, entre outros. Estes factores, que não existiam inicialmente, têm hoje um peso significativo na formação dos custos», sublinha, exortando o Estado a olhar para esta nova realidade das IPSS.

Gil Tavares reconhece que as transferências para o Sector Social têm registado um aumento quase constante, sendo que em 2019 atingiram os 3,5%, valor mais alto dos últimos anos. Mas, garante, «omite-se que as exigências às instituições têm aumentado ainda mais, sobretudo no capítulo dos encargos com o pessoal, que significam mais de 60% dos custos nas instituições. «O aumento do salário mínimo nacional, justo, quanto a nós, não tendo sido reflectido nas comparticipações às instituições por parte do Estado», tem evidenciado, a par dos indicadores citados anteriormente, «a grande debilidade a que as instituições estão expostas, bem patente

na apresentação de resultados negativos em 48% dos casos, de acordo com o estudo da CNIS. As dificuldades económicas dos utentes e os actuais índices de financiamento por parte do Estado, conduziram as pequenas instituições à beira do precipício e algumas com evidentes dificuldades de retorno», afirma.

Desiludam-se os que pensam que a sustentabilidade das IPSS será conseguida com baixos salários

Contudo, «desiludam-se os que pensam que a sustentabilidade das IPSS será conseguida com baixos salários. Se os salários não aumentarem para além do Salário Mínimo Nacional, sobretudo nas profissões que desenvolvem actividades na área da terceira idade, muitas, se não encerrarem por falta de recursos financeiros, encerram por falta de recursos humanos minimamente capacitados», afiança, desafiando

“quem decide” «a acompanhar, durante um dia, uma equipa que faça higiene pessoal a camadas. Só dessa forma será possível perceber a exposição a que estão sujeitos os trabalhadores das IPSS, por tão baixo salário, e o porquê das já evidentes dificuldades de recrutamento de pessoal».

Não considerando os apoios extraordinários para aquisição de equipamentos e edifícios, apenas no que toca à gestão corrente das instituições, «enquanto entidades a quem o Estado delegou o apoio social à generalidade da população, a experiência colhida de 1979 a 2019, diz-nos que não foi o modelo de financiamento que falhou mas sim a sua não actualização em função dos custos reais, influenciados, quase sempre, por novas exigências funcionais. As dificuldades económicas dos utentes e os actuais índices de financiamento por parte do Estado, conduziram as pequenas instituições à beira do precipício e algumas com evidentes dificuldades de retorno», lamenta. ←



CLUBE RESIDENCIAL SÉNIOR

Consulte o nosso site campizeslar.pt

A nossa MISSÃO
Desejamos:

- Prestar serviços de qualidade
- Desenvolver potencialidades físicas, mentais e culturais
- Contribuir para o prolongamento da vida com qualidade







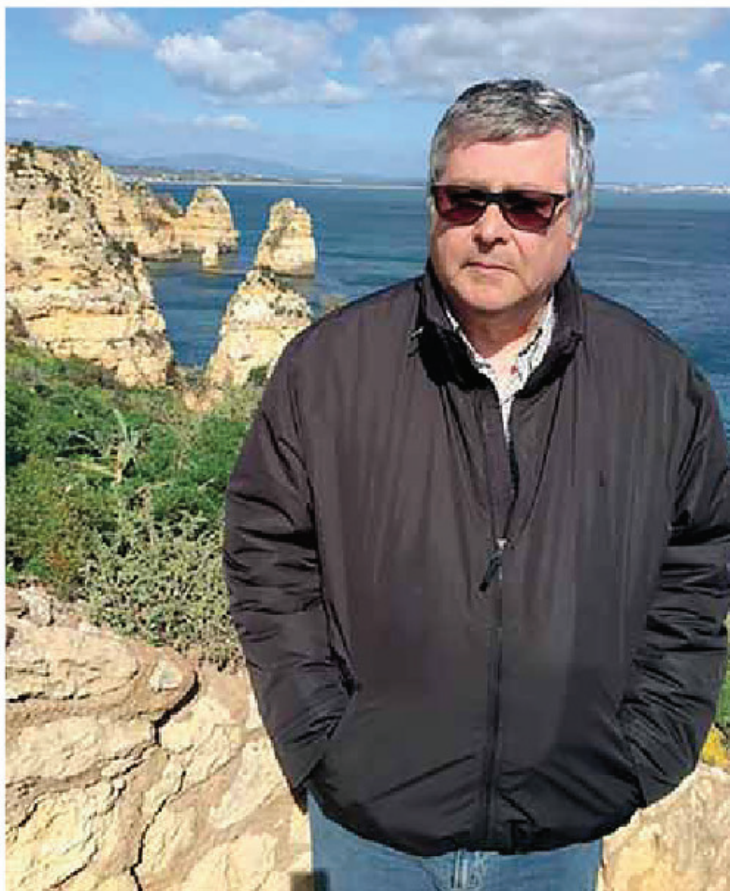

- Estimular a autoestima e a autoconfiança
- Desenvolver a empatia afetividade, cooperação, tolerância, respeito mútuo, zelo e lealdade
- Estimular a confiança

R. da Escola, 22 Campizes - 3150-253 Ega, Condeixa | joaquim.redinha@campizeslar.pt | Tel. 239 941 046 | Tlm. 967 953 578

Impacto económico e social

→ «As IPSS têm um enorme impacto económico e social». A afirmação é de Gil Tavares, com base num estudo realizado pela Universidade Católica, em 2017, e que permitiu concluir «que por cada euro captado por uma IPSS para o seu concelho, ele é multiplicado, em média, no mínimo por 4,218 euros». Assim, diz, a «atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social conduz a um aumento médio de 3% do total da produção, de 9% do total do valor acrescentado bruto e de 6% do total do emprego». Ora, estes dados demonstram que o impacto é maior nos concelhos do Interior «e que o custo suportado pela sociedade é mais do que compensado pelos benefícios sociais que se obtêm». Assim, exemplifica, cada euro investido gera, no mínimo, 2,46 euros de benefícios sociais nas IPSS; 3,93 euros nas respostas sociais Creche e Jardim de Infância; 4,23 euros na resposta social Lar de Idosos e 5,68 euros, na resposta social Serviço de Apoio Domiliário.

Com base nestes dados, o presidente da UIPSS do Distrito de Coimbra, defende que as IPSS deverão ser consideradas como «organizações fundamentais na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos municípios e freguesias onde estão inseridas». São elas que «suportam, muitas vezes, uma estrutura única nas suas freguesias e nos seus concelhos, dando trabalho a muitos milhares de portugueses», reforça o responsável, lembrando que «se é verdade que o conceito original apontava para a partilha de encargos de forma simétrica, cabendo 50% do financiamento ao Estado e 50% a outros entes, ao longo dos tempos, e em especial na última década, este equilíbrio, fruto de múltiplos factores, tem sido sucessivamente alterado, tendo hoje uma correlação completamente diferente». E porque os rendimentos pessoais nos grandes centros não se comparam aos das populações que vivem isoladas, «muitas vezes no meio do nada, os custos para prestar o serviço de qua-



Gil Tavares, presidente da UIPSS do Distrito de Coimbra

lidade a que todos têm direito, independentemente da condição social, quer vivam numa grande cidade ou na aldeia, são, quase sempre, bem diferentes, por força da “economia de escala”», realça.

Não menos importante, continua, «com o esvaziamento de serviços a que temos assistido numa parte significativa do país, em muitos casos, as IPSS passaram a ser a única entidade local onde o Estado, através da transferência de competências, tem ainda alguma presença». Por isso, entende que «um melhor apoio às instituições passa pela transferência de mais verbas, valorizando assim o trabalho que as mesmas fazem em substituição do Estado, que não seria capaz de fazer tanto com os mesmos recursos, mas não se esgota apenas nessas transferências. Importa salientar que, em nome das dificuldades do próprio Estado, as instituições foram chamadas a participar no esforço de reequilíbrio das contas públicas, abdicando de um conjunto de benefícios que, de tem-

porários, passaram a definitivos. Impõem-se por isso que as instituições voltem a ser discriminadas positivamente em matérias como a diminuição da TSU; isenção do IVA na factura da energia eléctrica; restituição do IVA a 100% no imobilizado; isenção de IVA na factura da água; isenção de ISP do gasóleo e isenção de IVA na aquisição de viaturas», enumera.

Posto isto, no seu entender, «a asfíxia das pequenas instituições por falta do adequado financiamento, levará, a curto prazo, ao monopólio das grandes instituições e num futuro não muito distante, quando não houver alternativas, à mercantilização da actividade social, com o consequente colapso dos mais vulneráveis. Por outro lado, e não menos importante, a estatização do sector social que alguns vão reclamando, conduz-nos igualmente à monopolização em sentido contrário, com efeitos igualmente perversos».

Neste sentido, o responsável defende que «a Economia Social é in-

substituível e necessária ao crescimento económico e sustentável ao serviço das pessoas, adequando as respostas às suas necessidades, reforçando a cultura democrática através do aumento da participação social das famílias e das organizações dos sectores privado, público e social e da responsabilização individual e colectiva».

O Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, que reconhece e respeita, no essencial, o esforço desenvolvido pelas instituições, surgiu em 1996. «Em nome de dogmas ou experimentalismos ideológicos, não queiramos destruir, irresponsavelmente, uma rede constituída por cerca de seis mil instituições de cariz social, instalada em mais de 10.000 edifícios, construídos sobretudo nos meios rurais, à custa do voluntariado. O que demorou 40 anos a fazer e de que nos podemos orgulhar, não pode sucumbir ao sabor de tendências e interesses políticos conjunturais». Em nome de uma sociedade mais justa e equilibrada, «é imperioso corrigir as perdas acumuladas na última década, reforçando assim a Cooperação entre o Estado e Sector Social Solidário», conclui.

“Não queiramos destruir, irresponsavelmente, uma rede constituída por cerca de seis mil instituições de cariz social”

A este respeito, no editorial de Julho deste ano, publicado no jornal “Solidariedade”, o Padre Lino Maia, presidente da CNIS, refere que «em Dezembro deste ano completam-se 25 anos da celebração do Pacto de Cooperação para a Solidariedade. A sua revisão, que está em marcha, deve estabelecer montantes mínimos da comparticipação do Estado nos custos dos serviços de protecção social prestados pelas Instituições de Solidariedade, pelo que há a considerar a realidade actual (comparticipação média de 38% nos custos dos serviços) e o que deve ser atingido (50%) e o percurso temporal a estabelecer para tal obrigação ser atin-

As IPSS e a pandemia



Presidente da UIPSS de Coimbra reconhece resposta positiva do Governo

→ Gil Tavares diz ainda ser «justo reconhecer que o actual Governo, perante a situação de pandemia que vivemos, tem dado, globalmente, uma resposta positiva às dificuldades das instituições para enfrentar a situação. Não fosse essa resposta, e uma parte significativa teria encerrado», garante.

No entanto, «os problemas de

subfinanciamento por parte do Estado são antigos» e subsistem, estando «elencados e suportados por diversos estudos que carecem de rápida solução». Mas, partindo do princípio de que haverá um “antes pandemia” e um “pós-pandemia”, o representante da União das IPSS de Coimbra reconhece ser errado, «neste ano de 2021, fazer qualquer

negociação de fundo no que diz respeito à revisão de modelos de financiamento. Assim, e no actual quadro que vivemos, é urgente que a situação pandémica seja dada oficialmente como controlada» e que o «Governo assuma o compromisso de iniciar negociações», com a brevidade possível, com vista às IPSS obterem novas percentagens de financiamento das diversas respostas sociais. As actuais percentagens não correspondem aos encargos derivados das exigências que, entretanto, foram sendo assumidas pelas instituições».

Com a pandemia, Gil Tavares garante que também se agravou a falta de mão-de-obra nas IPSS. «Os vencimentos sobem consideravelmente e se não for resolvido rapidamente e a curto prazo haverá problemas sérios nas IPSS». E esclarece: «A percentagem de IPSS com resultados operacionais negativos foi de 42,12% em 2016, 39,82% em 2017 e 44,10% em 2018. Observa-se uma contínua diminuição do peso das participações da Segurança Social, acom-

panhada de um aumento também continuado do peso relativo das mensalidades. Um contínuo aumento de despesas com a aquisição dos equipamentos de protecção individual acompanhado do aumento do custo dos bens essenciais, provoca dificuldades de tesouraria nas IPSS».

Com o aparecimento da Covid-19, as Instituições Particulares de Solidariedade Social «adoptaram, por conta própria, a política de testagem, que contribuiu em larga medida para atenuar esta pandemia». Após a toma da vacina, «todos os lares, pessoal e utentes, deveriam ser testados para perceber o grau da imunidade. Muitos lares fizeram-no e constataram que algumas pessoas não criaram os necessários anticorpos. Seria, por isso, importante voltar a testar e administrar nova dose aos que não adquiriram anticorpos». No que respeita às visitas e saídas de utentes, «a norma que foi criada não é eficaz» revelando-se «incoerente», razão pela qual têm surgido «vários surtos», conclui o representante da UIPSS. ←



CENTRO DE CARDIOLOGIA DE COIMBRA

Tel.: 239 833 035
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - sala 1.19 - "Ed. Mondego"
c.cardiologiacoimbra@gmail.com | www.ccardiologiacoimbra.pt
ccardiologiacoimbra | GPS: 40.2157305,-8.4368875


SERVIÇOS

- Consultas
- Electrocardiogramas
- Ecocardiogramas
- Provas de Esforço

- Holter de 24h
- Pressão Arterial de 24h (MAPA)
- Registador de Eventos
- Acordos: SNS, ADSE e outros

CARDIOLOGISTAS:

- Dr. Mariano Pêgo
- Dr. Rogério Silva
- Dr. Rui Martins
- Dr. Manuel Santos




GERMANO DE SOUSA


CENTRO DE MEDICINA LABORATORIAL

ANÁLISES CLÍNICAS

PATOLOGIA CLÍNICA, ANATOMIA PATOLÓGICA E GENÉTICA



14 POSTOS DE COLHEITA E 1 LABORATÓRIO
AO SEU DISPOR EM COIMBRA


www.germanodesousa.com

LABORATÓRIO DE COIMBRA

Edifício Cruzeiro, 2º Andar, Salas 16 e 17, Cruz de Celas, 3000-132 Coimbra
Dias úteis 08h00 - 19h00, Sábados 08h00 - 13h00
Tel: 239 482 638